

UMA PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

#9

ANO 2009
2ª EDIÇÃO 2010

energia



SUSTENTABILIDADE • ECONÔMICA • AMBIENTAL • SOCIAL



O OLHAR DE OBSERVATÓRIO

*O dinheiro público é gasto com eficiência nas estatais? A conta de luz respeita o bolso do consumidor? A questão socioambiental está na pauta de quem produz eletricidade? Qual o risco de se decretar um racionamento de energia? Como **Observatório do Setor Elétrico**, o Instituto Acende Brasil chama a atenção da sociedade para estas e outras questões.*

DO POVO PARA O POVO?

As empresas estatais são administradas com dinheiro público e é direito do cidadão cobrar transparência. Pág. 3

VIVENDO NA CORDA BAMBA

Ter ou não ter energia no Brasil de hoje depende de planejamento realista e eficiente. Pág. 5

CONTA COLETORA DE IMPOSTOS

O consumidor paga quase R\$ 1.400 por segundo em impostos e encargos na conta de luz. Pág. 8

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que desenvolve ações e projetos para aumentar o grau de **Transparência e Sustentabilidade** do Setor Elétrico Brasileiro. Para alcançar este objetivo, adotamos a abordagem de Observatório do Setor Elétrico Brasileiro.

Atuar como um **Observatório** significa pensar e analisar o setor com lentes de longo prazo, buscando oferecer à sociedade um olhar que identifique os principais vetores e pressões econômicas, políticas e institucionais que moldam as seguintes dimensões do Setor Elétrico Brasileiro:



**AGÊNCIAS
REGULADORAS**



**GOVERNANÇA
CORPORATIVA**



**IMPOSTOS E
ENCARGOS**



LEILÕES



**MEIO AMBIENTE
E SOCIEDADE**



**OFERTA DE
ENERGIA**



RENTABILIDADE



**TARIFA E
REGULAÇÃO**

Presidente: Claudio J. D. Sales
Diretor Executivo: Eduardo Müller Monteiro
Assuntos Econômicos e Regulatórios: Richard Lee Hochstetler
Desenvolvimento Sustentável: Alexandre Uhlig
Análise Política: Cibele Perillo
Staff: Eliana Marcon e Melissa Oliveira

São Paulo:
Rua Joaquim Floriano, 466 Edifício Corporate, conj. 501
CEP 04534-004, Itaim Bibi - São Paulo, SP, Brasil
Telefone: +55 (11) 3704-7733

Brasília:
SCN Quadra 5, Bloco A, sala 1210
Brasília Shopping and Towers
CEP 70710-500 - Brasília, DF, Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-6007

Email Corporativo: contato@acendebrasil.com.br

Assessoria de Imprensa: Tania Regina Pinto
Telefone: +55 (11) 3704-7733 / (11) 8383-2347

Energia, uma publicação do Instituto Acende Brasil, aborda a sustentabilidade nas suas três dimensões: econômica, ambiental e social.

Versão impressa e online: www.acendebrasil.com.br

Jornalista Responsável: Tania Regina Pinto (Mtb 11.580)

Projeto Gráfico e diagramação: Cacambu Design

Ilustrações: Rafael Cazes

Tiragem da 1ª edição: 2.000 exemplares

A energia elétrica está no cotidiano das pessoas, mas é de difícil compreensão, tanto no que diz respeito às regras como aos processos. São centenas de usinas, quilômetros de linhas de transmissão, vários tipos de geração... Quem interpreta isso para o cidadão que aperta o interruptor de luz em casa, para que ele tenha certeza de que as coisas estão sendo feitas da melhor maneira possível? Este é o desafio que nos impomos. A sociedade precisa ter acesso de forma simples e objetiva à informação.

*Nos seus cinco anos de existência, o Instituto Acende Brasil tem estudado e acompanhado o dia-a-dia do setor elétrico, concentrando-se nas chamadas "questões de bastidores", como, por exemplo, as regras pelas quais são estabelecidas as tarifas. Agora, como **Observatório do Setor Elétrico**, queremos investir na educação do consumidor para que ele passe a interferir mais nos processos. Queremos explicar o setor para o cidadão comum.*

Por que a conta de luz sofre reajustes? Por que ela tem revisões periódicas? Quais os critérios? E os subsídios? Para que servem? São eficientes ou puras distorções? O que são esses subsídios? São algumas questões que estão no dia-a-dia do setor e sobre as quais o consumidor não é chamado a opinar, embora tenha de pagar a conta das decisões de gabinete.

*Nossa primeira ação específica, como Observatório, é a instalação do **Impostômetro do Setor Elétrico** em nosso site. Nele, um contageiro revela a velocidade com que impostos e subsídios são pagos na conta de luz desde 1º de janeiro de 2008. Impostos e subsídios que nos primeiros dez meses ultrapassaram os R\$ 36 bilhões. Para se ter um parâmetro de comparação, o orçamento anual da cidade de São Paulo é de R\$ 25 bilhões.*

Mas, além de acompanhar e propor alternativas para a elevada carga tributária paga na conta de luz, vamos acompanhar a atuação das agências reguladoras - criadas para equilibrar as relações entre governo, consumidor e empreendedores -, bem como a prática de Governança Corporativa das estatais, que administram empresas de energia com o dinheiro público.

O balanço estrutural entre oferta e demanda de energia, o risco de se decretar racionamento, a necessidade de se estabelecer regras diante de uma eventual escassez de energia e a geração de energia com respeito ao homem e à natureza permanecem na agenda de observação e atuação do Instituto Acende Brasil. Agenda que inclui, ainda, a remuneração dos investimentos para a manutenção e expansão do setor e a política que determina o cálculo das tarifas.

Queremos ser a lente para a sociedade olhar com mais clareza o que acontece no setor elétrico e posicionar-se em relação às questões que envolvem a energia nossa de cada dia.

Claudio J. D. Sales

Presidente do Instituto Acende Brasil

as estatais e o DINHEIRO DO POVO

Estatais são empresas para o povo ou para os políticos?
A administração das empresas estatais de energia é eficiente?
O dinheiro público está sendo gasto com responsabilidade?

As empresas estatais, formadas com o dinheiro público, são administradas por funcionários que têm a responsabilidade de gerenciar o que é de todos. Assim sendo, o Instituto Acende Brasil se propõe observar em qual grau são respeitados os princípios de Governança Corporativa nas estatais do setor elétrico. Empresas que, talvez até mais que as empresas privadas, devem ser transparentes e investir na racionalidade econômica por respeito a todo povo brasileiro que é, em última instância, o dono do negócio.

Cinco dimensões básicas inspiram a maioria dos códigos de Governança Corporativa:

1. **Transparência** - diz respeito à boa comunicação interna e externa, rotineira, rápida e franca, não se resumindo ao informe econômico-financeiro, mas incorporando também aspectos que direcionam as decisões empresariais.
2. **Equidade** - se refere ao tratamento igualitário e justo de todos os grupos minoritários, sejam participantes do capital da empresa ou demais atores, como colaboradores, clientes, credores e fornecedores.
3. **Prestação de contas** - os gestores da empresa devem satisfação por seus atos no exercício de seus mandatos aos donos da empresa.
4. **Eficiência e eficácia** - fazer bem o que deve ser feito, maximizando os recursos disponíveis.
5. **Responsabilidade corporativa** - visão mais abrangente da estratégia empresarial, que contempla os demais interesses da comunidade, zelando pela perenidade das organizações, incorporando preocupações sociais e ambientais na condução da gestão da empresa, numa visão ética de sustentabilidade no longo prazo.

Estes cinco pontos também são o norte da observação do Instituto, com o objetivo de auxiliar na adoção e/ou aprimoramento das práticas de Governança Corporativa pelas empresas estatais.

E a primeira iniciativa estruturada do Instituto, como Observatório, é uma análise, em parceria com a Universidade de São Paulo, da performance, nos últimos dez anos, da empresa estatal mais relevante do Setor Elétrico Brasileiro, a Eletrobrás.

Uma primeira percepção hoje, geral, é de que as empresas de controle estatal têm três grandes desafios a enfrentar. O primeiro é a busca do equilíbrio por parte do governo evitando a interferência política nos negócios em que cabe ao próprio governo, como acionista, representar o povo brasileiro. O segundo é o respeito às regras de mercado - todos sabem que empresas estatais não vão à falência, mas contemplar essa possibilidade é caminho para uma gestão eficiente. O terceiro desafio é conciliar metas de desempenho econômico com atribuições de caráter socioambiental. ●

GOVERNANÇA CORPORATIVA



A Governança Corporativa surgiu como um conjunto de sistemas de controle – monitoramento, incentivos e punições – com o objetivo de alinhar as ações dos administradores aos interesses dos acionistas. Atualmente, numa abordagem mais ampla, Governança Corporativa se refere às relações entre os vários públicos que têm interesse direto ou indireto na corporação, entre os quais estão acionistas, conselheiros, diretores, gerentes, demais funcionários, credores, fornecedores, clientes, a comunidade local, o governo e a sociedade.

em busca do EQUILÍBRIO



A geração de energia tem respeitado o meio ambiente? E a sociedade?

A oferta de energia precisa acompanhar o aumento de consumo gerado pelo crescimento econômico. Novas usinas precisam ser planejadas, construídas e operadas para que a demanda seja atendida. Embora se saiba que empreendimentos de geração de energia interferem no meio ambiente e provocam remanejamentos involuntários de populações, há muitos caminhos para conciliar Energia com as dimensões sociais e ambientais.

É a partir deste entendimento que o Instituto Acende Brasil desenvolve várias iniciativas (debates, elaboração de um Código de Ética Socioambiental, artigos, estudos, disseminação de boas práticas socioambientais) para promover o encontro pacífico entre o Homem, o Progresso e a Natureza.

Essas iniciativas são coordenadas para levar à sociedade as seguintes propostas:

1. Elaborar e licenciar instrumentos de planejamento como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e a Avaliação Ambiental Integrada (AAI).
2. Simplificar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) concentrando esforços na identificação dos impactos e na proposição das medidas para reduzi-los ou eliminá-los, sem perder qualidade nem sacrificar padrões socioambientais e certificá-los por uma terceira parte, para garantir o cumprimento do roteiro estabelecido no Termo de Referência (TR).
3. Melhorar a gestão dos processos de licenciamento ambiental, praticando os prazos previstos na Instrução Normativa 184/2008 do IBAMA.
4. Fixar o valor da Compensação Ambiental em 0,5% do custo do empreendimento (descontado o valor investido em programas ambientais durante a obra), antes do leilão da usina.
5. Definir em estudo específico a Área de Preservação Permanente (APP), de acordo com a Resolução 302/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), limitada em 100 metros para áreas rurais e 30 metros para áreas urbanas.
6. Identificar previamente as famílias atingidas pelo empreendimento e respeitar o cadastro apresentado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
7. Definir com clareza as responsabilidades do governo e do empreendedor quando da implantação das usinas.
8. Esgotar todas as alternativas de negociação e de investigação antes que sejam estabelecidos processos judiciais.
9. Reprimir com rigor e responsabilizar quem promover atos violentos e/ou de vandalismo.
10. Definir em que nível os empreendimentos serão licenciados, regulamentando o artigo 23 da Constituição Federal, que trata da responsabilidade da União, dos estados e dos municípios.
11. Definir previamente critérios socioeconômicos para indenização das famílias.
12. Aprimorar a comunicação entre as famílias e os empreendedores e antecipar ao máximo as informações sobre a chegada de um novo empreendimento à região.
13. Fortalecer a interlocução direta, sem intermediários, entre famílias e empreendedores, com a participação do Ministério Público.
14. Desenvolver planos diretores regionais e municipais para aplicação dos recursos da Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e criar mecanismos para seu cumprimento.
15. Dar transparência à aplicação dos recursos da Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e garantir o controle social desta verba.
16. Possibilitar que investimentos não previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA), realizados durante a construção do empreendimento, sejam deduzidos do repasse da Compensação Financeira aos estados e municípios. ●



CÓDIGO DE ÉTICA SOCIOAMBIENTAL

Princípios e compromissos
das empresas privadas de
geração de energia elétrica

Buscando um Futuro melhor e mais inclusivo que o Presente, os líderes dos maiores empreendedores privados em geração de energia elétrica se uniram e elaboraram o Código de Ética Socioambiental, um conjunto de princípios e compromissos que indica como as usinas sob sua responsabilidade devem ser construídas e operadas, respeitando as três dimensões da Sustentabilidade: Social, Ambiental e Econômica.

O objetivo deste Código é compartilhar com a sociedade brasileira os valores que guiam, a visão que inspira e a missão assumida pelos empreendedores para conciliar crescimento, meio ambiente e as comunidades.

OFERTA DE ENERGIA



pisca-ALERTA

Qual o risco de se decretar um racionamento de energia?

O Brasil acompanha um intenso e controverso debate sobre risco de racionamento de energia elétrica. No governo, não há unanimidade sobre o abastecimento: uns dizem que a situação está sob controle, outros dizem que não e alertam para riscos de “apagão” nos próximos anos.

A existência de resultados desencontrados sobre a segurança de suprimento confunde a opinião pública e afeta a qualidade das discussões sobre esse tema. Neste contexto, o Instituto Acende Brasil, com o apoio da PSR Consultoria, mantém o Programa Energia Transparente, lançado em abril de 2007.

Periodicamente são feitas avaliações do risco de racionamento a partir de simulações que combinam vários cenários de oferta e demanda de energia, tendo como base dados oficiais do Operador Nacional do Sistema (ONS), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“Um panorama periódico de suprimento de energia elétrica e gás natural é instrumento fundamental para as decisões de investimento e de consumo”, avalia o presidente do Acende Brasil, Claudio Sales. “E todo cidadão brasileiro tem direito à informação transparente sobre disponibilidade e preço de energia elétrica, o mais básico dos insumos da sociedade moderna.”

Além de apresentar diagnósticos periódicos sobre abastecimento, o Programa Energia Transparente recomenda, dinamicamente, a cada edição, medidas para diminuir o risco de racionamento e o custo da energia para o consumidor. Uma das recomendações atuais é que se definam, desde já, as regras para um eventual racionamento, ação essencial para evitar medidas emergenciais que podem comprometer a segurança do abastecimento e aumentar o custo da energia.

“Com regras estabelecidas é possível tomar providências individuais que, no final, refletirão em toda a sociedade”, pondera Sales. “A hora de se estabelecer um plano é tanto melhor quanto mais distante de se decretar racionamento”.

Outra recomendação é a publicação das atas de reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que tem uma função no setor elétrico similar à do Comitê de Política Monetária (Copom) na condução da política econômica.

Composto por representantes do governo, o CMSE se reúne periodicamente para determinar se há ou não problemas no fornecimento de energia. Mas, ao contrário do Copom (que publica na internet atas de reuniões com mais de 15 páginas, 11 seções e 67 tópicos, com todo o raciocínio usado na sua decisão), o CMSE nunca publicou uma ata de reunião que liste as premissas e os cenários usados nas suas decisões. ●

na hora de bater **O MARTELO**

Nos leilões, as regras são justas?
Está-se conseguindo contratar energia
a preços os mais baixos possíveis?



Acompanhar os leilões de geração, avaliando sua condução, resultados e implicações é uma das tarefas do Instituto Acende Brasil como Observatório do Setor Elétrico. Isso porque os leilões de geração de energia são de extrema importância para a sustentabilidade do setor elétrico brasileiro. É a partir deles que se realiza a concessão de novas usinas e se fecham contratos de suprimento para atender à demanda futura das distribuidoras de energia.

O sucesso dos leilões é peça-chave para o equilíbrio entre a oferta e o consumo de energia e, conseqüentemente, para a redução dos riscos de déficit e racionamento.

Ao definir o preço dos contratos de suprimento e a participação das fontes de energia utilizadas na geração, os leilões influenciam ainda o valor das tarifas pagas pelos consumidores e a qualidade da matriz elétrica do país em termos ambientais.

Devido a essa importância para o planejamento energético do país, o Instituto Acende Brasil desde junho de 2007 monitora por meio de análises pré-leilão e pós-leilão, os principais certames de comercialização de energia elétrica, avaliando sua condução, resultados e implicações para o Setor Elétrico Brasileiro. ●



o desafio da EFICIÊNCIA



As agências reguladoras, criadas para equilibrar as relações entre Estado, empreendedores e consumidores, têm atuado com autonomia?

O papel do órgão regulador no setor elétrico é ser o fiel da balança na relação entre Estado, empreendedores e consumidores. Para isso, a agência deve ser autônoma, e independente, de forma a basear suas decisões em critérios técnicos.

No caso da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), não raro sua autonomia é colocada em risco, seja por ainda não existir uma legislação definitiva sobre sua atuação, seja por contingenciamento (retenção) de seus recursos financeiros por parte do Governo Federal.

Estes motivos, por si só, justificam o olhar com lupa do Observatório do Setor Elétrico para esta entidade de Estado (e não de Governo) encarregada de fiscalizar o cumprimento de contratos de concessão e implementar ou regulamentar o detalhamento de leis e contratos que regem setores econômicos.

A atuação de uma agência reguladora deve ter em mente o longo prazo, garantindo a blindagem em relação a pressões, políticas e partidárias, originadas de governos, e pressões econômicas provenientes dos mais diversos grupos de interesse. Missão que se torna particularmente desafiadora no setor elétrico, dada sua característica de serviço de utilidade pública e monopólio natural.

Mais que acompanhar o dia-a-dia da Aneel, o Instituto Acende Brasil desenvolveu, em parceria com a Universidade de São Paulo, um estudo que elaborou o diagnóstico indicado no quadro abaixo e desenvolveu dez propostas para o aprimoramento do Projeto de Lei Geral das Agências, de nº 3.337/04, que há mais de quatro anos tramita no Congresso Nacional.

PROPOSTAS

1. Autonomia Financeira
2. Não-vacância do Corpo Diretivo
3. Permanência e Alternância do Corpo Diretivo
4. Sabatina e Não-vacância para as agências reguladoras estaduais
5. Quarentena para Corpo Gerencial e não apenas para o Corpo Diretivo
6. Plano de Carreira e Salários Competitivos
7. Universalização das Audiências e Reuniões Públicas
8. Prazo e Retorno Mandatório para as Contribuições
9. Descentralização
10. Responsabilização e prestação de contas perante o Congresso ●

DIAGNÓSTICO GERAL

Estudo desenvolvido em parceria com a USP

Lei Atual e Prática Regulatória	Projeto de Lei 3.337/04	Implicações
<ul style="list-style-type: none"> • Baixa autonomia financeira • Fragilidade nos Recursos Humanos • Conflito de competências com Ministérios e outras instituições (TCU) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de soluções para os problemas atuais • Avanços tímidos • Sérias ameaças de captura 	<ul style="list-style-type: none"> • Independência e capacidade decisória sob ameaça • Comprometimento da qualidade da regulação • Diminuição e/ou encarecimento dos Investimentos em Infra-estrutura

no VERMELHO

Como têm sido remunerados os investimentos bilionários requeridos anualmente para a manutenção e expansão do setor?

RENTABILIDADE



A rentabilidade econômica das empresas privadas do Setor Elétrico Brasileiro continua negativa, apesar da tendência de melhora iniciada em 2003. O *Economic Value Added* ou EVA (em português, Valor Econômico Adicionado) de 2006 foi de R\$ 2 bilhões negativos. E o EVA acumulado de 1998 a 2006 indica uma perda econômica total de R\$ 62 bilhões.

Esta é, em síntese, a conclusão da análise realizada pelo Instituto Acende Brasil, em parceria com a Stern Stewart & Co, sobre o real nível de rentabilidade econômica do negócio de energia elétrica no Brasil desde 1998.

A Stern Stewart utiliza o conceito *Economic Value Added* pelo fato de o setor elétrico ser intensivo em capital e a metodologia ser mais completa que as da contabilidade tradicional, à medida que o EVA leva em conta o custo de oportunidade do capital empregado. O conceito de EVA parte do princípio que só existe lucro quando todos os custos são cobertos, inclusive o custo de capital.

Como base para o estudo, a consultoria trabalhou com dados de 35 empresas, que representam 28% da capacidade de geração, 8% da receita de transmissão e 66% da energia vendida pelas distribuidoras.

De acordo com os analistas da Stern Stewart, o resultado negativo, em termos de rentabilidade, para as empresas privadas do setor elétrico no Brasil de 1998 a 2006, vai muito além da soma simples do EVA acumulado destes nove anos, que indicam uma perda econômica total de R\$ 62 bilhões. Isso porque, corrigido pelo IPCA este valor chega a R\$ 81 bilhões. Se corrigido pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a perda chega a R\$ 129 bilhões.

A interrupção da trajetória negativa a partir de 2003 deve continuar para que não ocorra redução da qualidade dos serviços prestados, sucateamento do parque instalado ou, ainda, desequilíbrio entre a oferta e a crescente demanda por energia nos próximos anos. ●

TARIFA E REGULAÇÃO



raios-x das TARIFAS

Os princípios de revisão das tarifas equilibram as necessidades de curto e longo prazo, satisfazendo simultaneamente à modicidade tarifária e às necessidades de investimento?

Um processo regulatório eficaz deve promover um ambiente seguro e confiável que estimule as empresas a aumentar sua produtividade e compartilhar com os consumidores parte dos ganhos obtidos, via redução das tarifas.

As iniciativas do Instituto Acende Brasil visam a avaliar o ambiente regulatório em que operam as distribuidoras de energia elétrica, bem como sua evolução e tendências.

Programa Luz para Todos, perdas, inadimplência, Baixa Renda, Empresa de Referência estão entre as principais questões que vêm comprometendo o equilíbrio econômico das revisões tarifárias de eletricidade - tema que afeta consumidores, empresas distribuidoras e governo.

A elevação exagerada das tarifas pode, de um lado, onerar injustamente os consumidores. De outro lado, uma redução excessiva pode comprometer a remuneração adequada dos investimentos já feitos pelas empresas e afetar a qualidade e expansão dos serviços de distribuição de eletricidade no futuro.

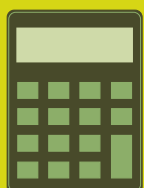
Um exemplo é a universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica, por meio do Programa Luz para Todos. O processo de universalização prevê a expansão das redes de eletricidade mesmo para regiões onde os custos dos investimentos não são recuperáveis. O financiamento desse "déficit", intrínseco à própria natureza do programa, se dá via encargos pagos por todos os consumidores na conta de luz.

Mais que identificar retrocessos, problemas, o Instituto Acende Brasil ao inserir a Política Tarifária em seus temas de observação pretende analisar, discutir e propor ajustes para melhorar o estado da regulação do setor de Distribuição de energia elétrica.

A série **Cadernos de Política Tarifária**, lançada em 2008 pelo instituto, será constantemente revisada e atualizada, sob demanda, de acordo com os cenários dinâmicos de reajuste e revisão tarifária. ●

coletora de IMPOSTOS

IMPOSTOS E ENCARGOS



Há transparência na utilização da carga tributária embutida cobrada na conta de luz? É razoável que quase metade da tarifa seja tributos e encargos?



Impostômetro do Setor Elétrico

R\$ 36.452.057.155,67

É o que já foi arrecadado em impostos e encargos em conta de luz em 2008. [Saiba mais >](#)

Site do Instituto Acende Brasil
no dia 03/11/2008, às 15h22.

Um contador instalado em www.acendebrasil.com.br mostra, segundo a segundo, quanto os governos federal, estaduais e municipais estão arrecadando, desde 1º de janeiro deste ano em impostos e encargos cobrados na conta de luz. São R\$ 4,9 milhões por hora, R\$ 82 mil por minuto, R\$ 1.371 por segundo.

“Estudo da consultoria Pricewaterhouse Coopers indica que a carga de tributos e encargos na conta de luz é de 45,36%. Na ponta do lápis, de cada R\$ 100 se paga R\$ 45,36 de impostos e encargos setoriais. Com o Impostômetro disponível no site, estamos oferecendo à sociedade total transparência sobre esses números. O que queremos dos governos, agora, é a prestação de contas dessa montanha de dinheiro arrecadada do consumidor de energia”, observa Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

Dos 45,36% do total de tributos e encargos, 14,62% referem-se a impostos federais; 21% a impostos estaduais; 0,06% a impostos municipais; e 9,68% a encargos setoriais. Os chamados “encargos” são subsídios que envolvem desde custos com térmicas a óleo no Norte do país até despesas para implantação do programa de universalização da energia elétrica. “No caso do Luz para Todos - salienta Claudio Sales - é bom esclarecer que é um programa de governo que não recebe nenhum centavo federal. São os consumidores que arcam com o todo investimento, embutido na rubrica ‘encargos’, que aparece discriminada nas contas”.

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é o principal responsável pela elevada carga tributária paga na conta de luz. Em estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais a alíquota chega a 30%, enquanto a média nacional é de 21%.

Mas, apesar de ficar com a parte do leão, o ICMS é apenas um dos mais de 20 tributos federais, estaduais e municipais e encargos trabalhistas, sociais e setoriais, que incidem em toda a cadeia produtiva de energia elétrica, que inclui geração, transmissão, distribuição e comercialização. E basta olhar para a conta de luz para perceber que a maioria deles não aparece discriminado.

Na conta de luz constam: ICMS, Pis/Pasep/Cofins, Iluminação Pública e a rubrica “Encargos”. Entre as siglas ocultas, embutidas na conta de luz, estão: IPVA (do governo estadual); IRPJ, CSLL, ITR, INSS e FGTS (do governo federal), e ISS e IPTU (do governo municipal). Na rubrica “Encargos” escondem-se, ainda, as siglas: CCC, CDE, CFURH, TFSEE e RGR, entre outras. ●